

- 1.2. Privação dos direitos políticos.
2. Direito Eleitoral.
 - 2.1. Conceito e fundamentos;
 - 2.2. Fontes do Direito Eleitoral;
 - 2.3. Princípios de Direito Eleitoral;
 - 2.4. Hermenêutica eleitoral.
3. Organização eleitoral.
 - 3.1. Distribuição territorial;
 - 3.2. Sistemas eleitorais.
4. Justiça Eleitoral.
 - 4.1. Características institucionais;
 - 4.2. Órgãos e composição;
 - 4.3. Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral;
 - 4.4. Competências;
 - 4.5. Justiça Eleitoral e o controle da legalidade das eleições.
5. Ministério Público Eleitoral.
 - 5.1. Composição;
 - 5.2. Atribuições;
 - 5.3. Ministério Público Eleitoral e lisura do processo eleitoral.
6. Capacidade eleitoral.
 - 6.1. Requisitos;
 - 6.2. Limitações decorrentes de descumprimento do dever eleitoral.
7. Alistamento eleitoral.
 - 7.1. Ato de alistamento;
 - 7.2. Fases do alistamento;
 - 7.3. Efeitos do alistamento;
 - 7.4. Cancelamento e exclusão;
 - 7.5. Revisão do eleitorado.
8. Elegibilidade.
 - 8.1. Registro de candidaturas;
 - 8.2. Impugnações ao registro de candidaturas;
 - 8.3. Inelegibilidades;
 - 8.3.1. Inelegibilidades constitucionais;
 - 8.3.2. Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais;
 - 8.3.3. Arguição judicial de inelegibilidade.
9. Partidos políticos.
 - 9.1. Sistemas partidários;
 - 9.2. Criação, fusão e extinção dos partidos políticos;
 - 9.3. Órgãos partidários;
 - 9.4. Filiação partidária;
 - 9.5. Fidelidade partidária;
 - 9.6. Financiamento dos partidos políticos, controle de arrecadação e prestação de contas.
10. Garantias eleitorais.
 - 10.1. Liberdade de escolha;
 - 10.2. Proteção jurisdicional contra a violência atentatória à liberdade de voto;
 - 10.3. Contenção ao poder econômico e ao desvio e abuso do poder político;
 - 10.4. Transporte de eleitores das zonas rurais.
11. Propaganda eleitoral.
 - 11.1. Conceito;
 - 11.2. Pesquisas e testes pré-eleitorais;
 - 11.3. Propaganda eleitoral em geral;
 - 11.4. Propaganda eleitoral na imprensa;
 - 11.5. Propaganda eleitoral no rádio e na televisão;
 - 11.6. Direito de resposta;
 - 11.7. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais;
 - 11.8. Captação irregular de sufrágio;
 - 11.8.1. Inquérito civil eleitoral.
12. Atos preparatórios à votação.
13. Processo de votação.
14. Apuração eleitoral.
 - 14.1. Diplomação;
 - 14.2. Recurso contra expedição de diploma;
 - 14.3. Realização de novas eleições e convocação do segundo colocado.
15. Ações judiciais eleitorais.
 - 15.1. Representações;
 - 15.2. Ação de impugnação de registro de candidatura;
 - 15.3. Ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder;
 - 15.4. Ação por captação irregular de sufrágio;
 - 15.5. Ação por captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais;
 - 15.6. Ação de impugnação de mandato eletivo.
16. Recursos eleitorais.

17. Crimes eleitorais.
 - 17.1. Princípios constitucionais aplicáveis aos crimes eleitorais;
 - 17.2. Crimes eleitorais puros ou específicos;
 - 17.3. Crimes eleitorais acidentais;
 - 17.4. Crimes cometidos no alistamento eleitoral;
 - 17.5. Crimes cometidos no alistamento partidário;
 - 17.6. Crimes eleitorais em matéria de inelegibilidades;
 - 17.7. Crimes eleitorais na propaganda eleitoral;
 - 17.8. Corrupção eleitoral;
 - 17.9. Coação eleitoral;
 - 17.10. Crimes eleitorais na votação;
 - 17.11. Crimes eleitorais na apuração;
 - 17.12. Crimes eleitorais no funcionamento do serviço eleitoral;
 - 17.13. Crimes eleitorais que podem ser cometidos em qualquer fase do processo eleitoral;
 - 17.14. Crimes eleitorais e sanções penais.
18. Processo penal eleitoral.
 - 18.1. Prisão e período eleitoral;
 - 18.2. Competência, conexão e continência em matéria eleitoral;
 - 18.3. Medidas despenalizadoras;
 - 18.4. Ação penal eleitoral;
 - 18.5. Recursos.

XIII – LEGISLAÇÃO DE INTERESSE INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

1. Constituição Federal do Brasil, Título IV, Capítulo IV, Das Funções Essenciais à Justiça, Seção I: Do Ministério Público.
2. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93).
3. Constituição do Estado do Pará (Art. 178 à 186).
4. Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará (Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 e alterações posteriores).
5. Lei Complementar nº 75/93 (Ministério Público da União).

XIV – DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS:

1. **Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.** Defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos em juízo: princípios gerais.

2. Principais categorias e legislação respectiva:

- 2.1. **Meio Ambiente e Urbanismo.** Direito do Ambiente: conceito, princípios e objeto. Tutela constitucional do ambiente. Tutela ambiental na Constituição do Estado do Pará. Bem jurídico ambiental. Meio Ambiente e a Função sócio-ambiental da propriedade. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/81): princípios, objetivos e instrumentos. Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Legislação do Estado do Pará relativa à Política Estadual do Meio Ambiente (Lei Estadual nº 5.887/1995). Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. (Lei Federal nº 9.985/00): tipos de unidades, objetivo e categorias. Novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/12): Área de Preservação Permanente e Área de Reserva Legal. Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/97): Instrumentos, outorga, cobrança e uso de recursos hídricos. Estudo de impacto ambiental. Licenciamento Ambiental. (EIA/RIMA). Resolução CONAMA nº 01/1986, Resolução CONAMA nº 09/1987 e Resolução CONAMA nº 237/1997, Lei Complementar nº 140/2011. Patrimônio Natural, Histórico e Artístico (Decreto-Lei 25/1937). A tutela judicial e extrajudicial do meio ambiente. Lei Federal nº 7.347/85. Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal pelo dano ambiental. Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01): Dos instrumentos da política urbana. Código de Mineração (Decreto Lei 227/1967). Recursos Minerais. Pesquisa. Lavra. Licenciamento da Atividade de Mineração. Compensação Financeira sobre Exploração Minerária (CFEM). Legislação federal e estadual.

- 2.2. **Idoso.** Pessoa com deficiência (Convenção dos direitos das pessoas com deficiência e Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989). Inclusão social. Saúde Pública. Assistência Social. Educação. Serviços de relevância pública. Acessibilidade. Pessoas portadoras de transtornos mentais. Igualdade Racial.
- 2.3. **Consumidor.** Código de defesa do consumidor. A proteção e defesa do consumidor na Constituição Federal de 1988. Política nacional de relações de consumo. Direitos básicos do consumidor. Prevenção e reparação de danos. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Proteção contratual. Sanções administrativas. Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

- 2.4. **Infância e Juventude:** Acesso à justiça. Ministério Público. Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos.

3. **Ação civil pública.** Conceito e objeto. Tutela principal e cautelar. Interesse de agir. Legitimação ativa e passiva. Litisconsórcio e assistência. Atuação do Ministério Público. Competência. Sentença. Multa diária e liminar. Recursos. Coisa julgada. Execução e fundo para reconstrução dos bens lesados.

4. **Inquérito civil.** Natureza. Finalidade. Princípios. Instauração. Poderes instrutórios. Termo de ajustamento de conduta. Arquivamento e Desarquivamento. Controle. Recomendações.

**ANEXO II
CRONOGRAMA DAS PROVAS E PUBLICAÇÕES
INSCRIÇÕES**

Período das Inscrições Preliminares (exclusivamente via internet)	27/02/2014 a 28/03/2014
Período da solicitação de isenção do pagamento do valor da inscrição (exclusivamente via internet)	06/03/2014 a 10/03/2014
Último dia para pagamento do valor da inscrição	28/03/2014
Divulgação das solicitações de isenção deferidas e indeferidas, no endereço eletrônico da Fundação Carlos Chagas	18/03/2014
Divulgação das solicitações de isenção deferidas e indeferidas, após análise de recursos, no endereço eletrônico da Fundação Carlos Chagas	26/03/2014
Publicação de deferimento das Inscrições Preliminares	02/04/2014

PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVAS

Publicação no Diário Oficial do Edital de Convocação para as Provas Objetiva e Discursivas e Divulgação do Local de Provas no endereço eletrônico da FCC.	22/04/2014
Prova Objetiva	01/05/2014
1ª Prova Discursiva	02/05/2014
2ª Prova Discursiva	03/05/2014
3ª Prova Discursiva	04/05/2014
Divulgação do Gabarito e das Questões da Prova Objetiva	05/05/2014
Publicação do Resultado da Prova Objetiva	02/06/2014
Publicação do Resultado da Prova Objetiva, após recurso, se for o caso, e Convocação para Sessão de Reidentificação das Provas Discursivas	13/06/2014
Sessão de Reidentificação das Provas Discursivas	24/06/2014
Publicação do Resultado das Provas Discursivas	25/06/2014
Vista das Provas Discursivas	25/06/2014 a 27/06/2014
Publicação do Resultado das Provas Discursivas, após recurso, se for o caso, e Convocação para Inscrição Definitiva e Apresentação dos Títulos	28/07/2014

INSCRIÇÃO DEFINITIVA

Entrega de documentos	29/07/2014 e 04/08/2014
Publicação do deferimento da Inscrição definitiva	13/08/2014
Publicação do deferimento da Inscrição definitiva, após recursos, se for o caso, e de Convocação para a Prova Oral e de Tribunal	29/08/2014

AVALIAÇÃO POR EQUIPE MULTIPROFISSIONAL – CANDIDATOS HABILITADOS COM DEFICIÊNCIA

Avaliação por equipe multiprofissional	30/07/2014 a 01/08/2014
--	-------------------------

PROVA ORAL DE ARGUIÇÃO E DE TRIBUNA

Prova Oral de Arguição e de Tribuna	05/09/2014 e 16/09/2014
Publicação do Resultado da Prova Oral e de Tribuna	26/09/2014

TÍTULOS

Publicação do Resultado	04/11/2014
-------------------------	------------

RESULTADO FINAL

Publicação	25/11/2014
------------	------------

Obs: CRONOGRAMA SUJEITO À ALTERAÇÃO